

MARIA MARLENE AMADEU GALHARDO MOCHI

**DIAGNOSTICO DA PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES DOS GRUPOS DE
TRABALHO EM REDE NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCACIONAL: ESTUDO DE CASO NO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a conclusão da Especialização em Formulação e Gestão das Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Maria do Carmo Duarte Freitas, Dr^a.

Co-orientação: Claudia Regina Ziliotto Bomfá, Dr^a.

CURITIBA

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas oportunidades que recebi e continuo recebendo como dádivas. Também por viver cinco décadas da segunda metade do século XX e verificar as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, que velozes, exigem cada vez mais o conhecimento e a educação como pré requisito para a melhoria da qualidade de vida no planeta.

Agradeço aos meus Pais, semi-analfabetos, porém sábios, pelas condições dadas, dificuldades rompidas, persistência e valorização da importância dos estudos na vida de uma pessoa.

Agradeço a professora Maria do Carmo, pelo tempo e paciência dedicados nas orientações deste trabalho.

Agradeço ao Estado do Paraná, e conseqüentemente aos contribuintes, pela oportunidade de receber o investimento feito para esta qualificação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - CAMPO DE PESQUISA.....	30
GRÁFICO 1 - FAIXA ETÁRIA E SEXO DOS PROFESSORES.....	35
GRÁFICO 2 - TEMPO DE TRABALHO DOS PROFESSORES, NO MAGISTÉRIO ESTADUAL.....	36
GRÁFICO 3 - TIPO DE TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS PESQUISADORES.....	36
GRÁFICO 4 - MOTIVO QUE LEVOU O PROFESSOR PESQUISADO A INSCREVER-SE NO GTR.....	38
GRÁFICO 5 - DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE O PERÍODO DO CURSO GTR.....	38
GRÁFICO 6 - PRINCIPAL PROBLEMA PARA OS PROFESSORES DESENVOLVEREM O TRABALHO NO GTR.....	39

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 1995-2002.....	16
QUADRO 2 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 2003 - 2009.....	17
QUADRO 3 - QUESTÕES DO INSTRUMENTO DE PESQUISA, COM RESPECTIVOS OBJETIVOS.....	34

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DEMONSTRATIVOS DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO FUNDAMENTAL E MÉDIO- NÍVEL NACIONAL E REGIÃO SUL.....	13
TABELA 2 - PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES POR ÁREA.....	37
TABELA 3 - IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES SOB A ÓTICA DOS PESQUISADOS.....	43

RESUMO

MOCHI, M. M. A. G. Diagnostico da Participação dos Professores dos Grupos de Trabalho em Rede no Programa de Desenvolvimento da Educação: Estudo de Caso no Paraná. A Secretária Estadual de Educação (SEED) instituiu o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) como uma política de formação continuada para professores da rede pública estadual. Foi elaborado como um conjunto de atividades organicamente articuladas e definidas a partir das necessidades da educação básica. Busca no ensino superior uma contribuição solidária, para a melhoria da qualidade na educação pública do Estado. O objetivo deste trabalho é diagnosticar a contribuição do PDE, nos Grupos de Trabalhos em Rede (GTR, 2008), no processo de formação continuada dos professores da educação básica da Rede Estadual do Paraná. Realizou-se um estudo de caso para verificar o desempenho dos professores no PDE, buscando sistematizar as informações de modo a apontar aspectos positivos e negativos do programa, sugerindo melhorias continuas. A pesquisa indicou que os professores possuem experiência e conhecem as necessidades educacionais. Buscam possibilidades de melhoria da prática pedagógica e possuem falta de tempo para estudar. Entre os ajustes ao GTR, recomenda-se que o PDE mantenha atualizada a sala virtual, disponibilizando materiais de leitura e oferecendo um tempo maior para as atividades pedagógicas extraclases. O PDE-GTR, implantado desde 2007 no Estado do Paraná, apresenta-se como promotor desta qualificação, acredita-se que o investimento feito a estes profissionais reverte em benefícios a seus postos de trabalho, através da melhoria no desempenho pedagógico.

Palavras-chave: Professor, Programa de Educação Profissional e Continuada, rede.

E-mail: galhardo.mariamarlene@gmail.com

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO.....	II
LISTA DE FIGURAS.....	III
LISTA DE QUADROS.....	IV
LISTA DE TABELAS.....	V
RESUMO.....	VI
1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 EDUCAÇÃO BÁSICA.....	10
2.1.1 Educação no Brasil	12
2.1.2 Mudanças da Educação no Paraná (1995 - 2009).....	15
2.1.3 Metas 2008 - 2011 para a educação do Estado do Paraná	17
2.2 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO	20
2.2.1 Conceito de Qualidade	21
2.2.2 Qualidade na Educação	22
2.3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
3.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	29
3.2 CAMPO DA PESQUISA.....	30
3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	33
3.4 CARACTERIZAÇÕES DA AMOSTRA	34
3.5 POPULAÇÃO DA PESQUISA.....	34
3.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
5 REFERÊNCIAS.....	45
6 APÊNDICE.....	47

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) é uma proposta piloto já institucionalizada no Estado do Paraná, por isso requer pesquisas e observações acerca da qualidade de sua atuação, bem para a melhoria da qualidade do trabalho do professor.

Isso porque, o PDE aponta para objetivos afins e muitas vezes nos deparamos com professores que fazem pós-graduação em outros estudos para crescer intelectualmente, mas não conseguem atingir uma margem satisfatória no ensino-aprendizagem.

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) instituiu PDE como uma política educacional de Formação Continuada, para os professores da rede pública estadual. Foi elaborado como um conjunto de atividades organicamente articuladas e definidas a partir das necessidades da Educação Básica. Busca no Ensino Superior, nas universidades, a contribuição solidária e compatível com a qualidade desejada para a educação pública do Estado.

Esse modelo de Formação Continuada proporciona ao Professor o retorno às atividades acadêmicas, de forma presencial, nas Universidades públicas do Estado do Paraná, e de forma semipresencial, em contato permanente com os demais professores da rede pública estadual de ensino. Para tanto, são apoiados com suportes tecnológicos necessários ao desenvolvimento da atividade colaborativa.

Os professores PDE são selecionados atendendo orientações de edital específico que, seguindo a legislação estadual ofereceu até o ano de 2008 um total de 1200 vagas anuais.

A primeira turma de professores iniciou seus estudos em 2007 com 1200 profissionais e para a segunda turma (2008), foram classificados 1100 professores.

Cada professor PDE, após um ano de estudo teórico, tem a atribuição de desenvolver trabalho de tutoria no Grupo de Trabalho em Rede (GTR).

Os participantes do GTR são organizados em grupos de 38 professores, inscritos de acordo com sua área de interesse, e desenvolvem simultaneamente as atividades pedagógicas na escola.

O objeto de estudo desta pesquisa é o GTR 2008 e apresenta como problema de pesquisa a seguinte questão: quais as dificuldades na formação continuada em

rede ao utilizar metodologia dos GTR, para qualificar os professores do ensino fundamental e médio no estado do Paraná?

Esse entrelaçamento entre conteúdo e tecnologia no campo educacional pode favorecer a Formação Continuada dos professores e atender aos objetivos educacionais, tão desejados em todo o território nacional.

O PDE oportuniza ao professor o retorno à universidade, para que este profissional possa retomar seus estudos de forma sistematizada, junto às Instituições de Ensino Superior (IES). Desta forma, esta pesquisa visa identificar se este retorno às IES, por parte do professor, contribui para o aprimoramento do trabalho pedagógico.

A qualidade do Ensino tem sido motivo de preocupação tanto para os educadores, quanto para os responsáveis pelas políticas públicas educacionais e é cada vez maior a expectativa da população, que busca na educação a única possibilidade de ter acesso ao saber sistematizado e à preparação profissional.

A atuação na escola estadual da rede pública como professora, por um período superior a 25 anos, permitiu estar inserida em discussões sobre a necessidade de melhoria da qualidade do ensino ofertado aos alunos da Educação Básica.

Durante reuniões pedagógicas e seminários foram formuladas propostas que poderiam ser aplicadas, tanto a nível regional quanto estadual, com o propósito de encontrar respostas que atendessem às necessidades educacionais do Estado. Dentre elas, a formação continuada do professor foi a mais viável.

No início do século XXI, ano de 2007, essa proposta tão discutida é ofertada aos professores da rede estadual, que podem ter acesso ao estudo sistematizado, através do PDE, enquanto possibilidade de melhorar a qualidade do ensino do estado do Paraná.

Portanto, este trabalho justifica-se dado que a implementação do PDE pode ser uma proposta para atender a evolução da educação paranaense. Por este motivo, é pertinente estudar o desempenho do PDE-GTR na educação paranaense, considerando o investimento que vem sendo feito para a valorização profissional do professor, o que pode resultar em melhor qualidade para a educação básica. De acordo com a visão da sociedade o crescimento educacional anda junto com a valorização dos profissionais e esse Programa pode trazer um avanço no processo educacional do Paraná.

Neste sentido, este trabalho se propõe diagnosticar a contribuição do PDE/GTR (2008) no processo de Formação Continuada dos professores da Educação Básica da rede estadual do Paraná.

Para atingir este objetivo será realizada revisão bibliográfica sobre a formação e qualificação dos profissionais da educação, legislação e as metas para a educação básica; levantamento do número de profissionais da educação, envolvidos no PDE/GTR e relato das experiências dos professores GTR 2008, em relação aos interesses e dificuldades na aplicação dos ensinamentos obtidos no curso.

O presente trabalho contempla três capítulos. O capítulo I refere-se à fundamentação teórica, Apóia-se em estudos teóricos e legislação sobre a educação básica, bem como nos planos federais e estaduais que estabelecem as metas para a mesma.

O capítulo II destaca o tema qualidade e qualidade na educação, uma das preocupações da área educacional e também deste estudo e traz uma revisão bibliográfica sobre a formação do professor.

O capítulo III trata dos procedimentos metodológicos, onde são explicitados a natureza e o campo da pesquisa; o instrumento para a coleta de dados e a delimitação da população pesquisada.

O capítulo IV apresenta a análise e interpretação dos dados, seguido das considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste item serão discutidos parâmetros norteadores da Educação Básica, considerando a legislação e os Planos vigentes, bem como o processo histórico da educação no Brasil e as mudanças educacionais no Estado do Paraná, particularmente o período de 1995 a 2009.

2.1 EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O objetivo da Educação Básica é assegurar aos brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 2009).

O Art. 205 da Constituição Federal garante a educação, como um direito de todos e dever do Estado e da família, a qual será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1888).

O Art. 206 garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 1888).

A Lei 9394/96 LDB, um dos dois documentos norteadores da Educação Básica, regulariza a base comum do currículo, a carga horária e frequência mínima em aula e as formas de promoção de série, cabendo aos estados, municípios e as escolas adequarem as normas para as especificidades regionais e locais (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.172/2001 estabelece metas decenais para todos os níveis e etapas da educação, indicando para que os estados e municípios criem e estabeleçam planos semelhantes compatíveis com as metas nacionais. A Secretaria de Educação Básica – SEB – conta com o Programa de Avaliação e Acompanhamento do PNE e dos Planos Decenais correspondentes, que realiza a avaliação do PNE e estimulam estados e municípios a criarem seus planos correspondentes e avaliarem-no a cada cinco anos de acordo com a própria lei. Todas as ações da SEB visam alcançar as metas do PNE (BRASIL, 2009).

Mais recentemente, entre os programas em desenvolvimento pela Secretaria de Educação Básica constam:

- o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, lançado em 24 de abril de 2007, através do decreto 6.094 da União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estado. Conta com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica;

- o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Educação básica de qualidade, tem como prioridade investir na educação básica e envolver todos, pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola. Significa também investir na educação profissional e na educação superior, porque elas estão ligadas, direta ou indiretamente.

Além destes, as políticas de Financiamento da Educação, Gestão Democrática, Formação dos Profissionais da Educação (inicial e continuada), Desenvolvimento da Educação Básica, Material Didático e Infra-Estrutura Escolar desenvolvem diferentes programas visando à melhoria da qualidade da Educação Básica.

2.1.1 Educação no Brasil

O aumento de investimentos feitos na educação básica e as estratégias colocadas em prática para diminuir a desigualdade de oportunidade da sociedade brasileira, nesses últimos anos, conforme as informações oficiais bem como as disponíveis nas mídias ainda não têm sido suficientes para a universalização e a qualidade almejada.

Diferentes organizações internacionais, dentre as quais *United Nations Educational Scientific and Cultural Organizations* (UNESCO), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), chamam atenção para a importância de educar os alunos para a sociedade do conhecimento (Brasil, 2008)¹.

Dentre outros aspectos, para que os educandos pensem de forma crítica e autônoma, que saibam comunicar-se com facilidade, reconhecer e respeitar os demais, trabalhar em colaboração e utilizar as tecnologias da informação. Alertam também para que os professores sejam convenientemente formados, com grande autonomia e critério profissional. Também escolas com currículos atualizados e flexíveis e sistemas de avaliação, que possam mostrar que os alunos tenham realmente aprendido.

Com essa preocupação, no texto “Para que servem os Cursos de Formação de professores”, (NAGEL, 2009 p. 8) levanta questões a serem pensadas, por

¹ www.mec.gov.br

exemplo: “O que está sendo discutido nos cursos de formação de professores para que os docentes possam se responsabilizar pelos alunos, que ao deixar o ensino tenham “personalidade rica” e “competência na área do diálogo”? Como a escola está administrando os recursos que possui para obter sucesso dos alunos ao término dos seus cursos? Quais as estimulações feitas aos docentes trazem resultados tão indesejados? Quais atuações didáticas empregadas vêm garantindo aos profissionais tantos insucessos? (NAGEL, 2009 p. 8).”

Dados do Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP/SAEB², 2007), disponíveis em março de 2009, em sobre o percentual de alunos que aprenderam o que era esperado para cada série revelam percentuais aquém do desejado.

Tabela 1: Demonstrativos da Aprendizagem dos Alunos do Fundamental e Médio - Nível Nacional e Região Sul

LOCAL	4ª série – ENSINO FUNDAMENTAL		-8ª série – ENSINO FUNDAMENTAL		3ª série – ENSINO MÉDIO	
BRASIL	Língua Portuguesa	27,9%	Língua Portuguesa	20,5%	Língua Portuguesa	24,5%
	Matemática	23,7%	Matemática	14,3%	Matemática	9,8%
SUL	Língua Portuguesa	35,1%	Língua Portuguesa	23,1 %	Língua Portuguesa	30,9 %
	Matemática	31,2%	Matemática	17,2%	Matemática	14,1%

Fonte: SAEB/INEP (2007)

Os dados do Brasil referem-se a escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural. Os dados da região sul e do estado referem-se a escolas estaduais, municipais e privadas da área urbana.

Na análise de Nagel (2009), em publicação “O Estado Brasileiro e as Políticas Educacionais a partir dos anos 80”, responsável por organizar as políticas educacionais, estabelece medidas sistematizadas para atuar, nos mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens já instituídos ou em constante renovação.

A organização e reorganização do capital ocorridos nos últimos 30 anos passaram por mudanças significativas. A globalização dos mercados e a forte atuação do capitalismo financeiro exigiram reformas estruturais cada vez mais longe

² www.todospelaeducacao.com.br

da produção de massa e a produção enxuta exigiu nova forma de ser do trabalho e o esvaziamento do Estado e de suas antigas funções.

A educação gravitava em torno de alguns eixos: prioridade da educação básica, inversão da tendência expansionista do ensino universitário, a bandeira da alfabetização, o estreitamento da função da escola (eliminar deficiências básicas - refeitório, posto de saúde), suprir carências alheias ao universo acadêmico, descentralização do sistema e desregulamentação do sistema produtivo.

Nesse contexto, diluem-se as análises do mérito da qualificação dos docentes, uma vez que a ideologização do saber popular, das opiniões, do mero consenso esvazia a necessidade de se pensar cientificamente a formação dos homens dos países pobres. Unidos por um pensamento ingênuo e na busca de uma democracia baseada nas diferenças, os rumos são dados pela economia e detalhados pelo Banco Mundial a partir dos anos 1990.

A ausência de uma efetiva política pública, com investimentos no campo educacional, compatíveis com o que representa o Brasil, em geração de riquezas, levou a medidas paliativas que contribuíram para o desmantelamento da educação pública estadual em todos os seus níveis.

Para ilustrar o rumo político para a “direita”, a partir de 1985, no campo da educação, seguindo o raciocínio de Nagel (2009), citamos como exemplo a 5ª Conferência Brasileira de Educação, de agosto de 1988, realizada em Brasília cujos temas privilegiados nesse espaço foram: alfabetização; autoritarismo e poder; autonomia; democratização; descentralização; cidadania; ensino de (geografia, física, línguas); construtivismo; cotidiano; relato de novas experiências e/ou de propostas curriculares; interdisciplinaridade; legislação e constituição; nacional versus regional; público x privado x comunitário; movimentos e participação popular; fracasso escolar, repetência e cidadania; novas tecnologias: rádio e informática, TV, ensino à distância; ensino ajustados aos mais diversos segmentos ou etnias.

Novas formas de ver um objeto de estudo podem ser enriquecedoras, mas é importante verificar que a tendência instaurada a partir da Nova República é a opção clara por referenciais teóricos, que privilegiem o interesse pelo presente mais imediato como única possibilidade de investigação.

Disponível no Portal do MEC, o documento base da Conferência Nacional da Educação Básica-CONAE, a ser realizada em 2010, propõe a retomada coletiva dos embates sobre a educação em âmbito nacional. O Ministério da Educação - MEC, os

movimentos sociais e seus parceiros institucionais garantem um espaço democrático para que toda a sociedade possa expressar sua opinião e participa da organização da educação nacional (BRASIL, 2009).

Kuenzer (2009) assegura que essas articulações entre as mudanças no mundo da produção, as políticas públicas e as políticas educacionais ainda não estão suficientemente compreendidas pelos professores de educação média e profissional.

A análise da autora evidencia que os avanços neoliberais na área educacional abalaram seriamente os alicerces da educação pública como um direito social, prejudicou a formação docente e, conseqüentemente, degradou a qualidade do ensino na rede pública.

2.1.2 Mudanças da Educação no Paraná (1995 - 2009)

A educação pública do Estado do Paraná, nesta segunda metade da década de 2010 traz reflexos do modelo adotado em meados da década de 90, ao abraçar as políticas privatizantes que assolaram o país. Foi um retrocesso em relação ao projeto de escola pública dos anos 80, o que para o sociólogo Luiz A. Cunha, na análise de Frigoto, foi o mais avançado projeto de escola básica pública construída nas lutas da transição democrática. (Revista da III Conferência Estadual de Educação, 2002)

Ano/ período	Fato ou Marco	Fonte
1995	Formação Continuada dos professores realizados através de programas curtos, visitas, intercâmbios, Educação à Distância. Os palestrantes ou profissionais não pertenciam às instituições públicas de ensino nem desenvolviam atividades de pesquisa no campo educacional.	Revista Chão da Escola, 2002 nº 1
1996	Programa de expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio – PROEM. Impossibilitou a percepção da totalidade do curso pelo aluno além de aligeirar a formação dos jovens e tornar secundária a apropriação do conhecimento científico.	DATIVA, Maria de Salles Gonçalves, Caderno Pedagógico Nº 02 APP Sindicato/ março de 1999
1997	Criação do “Paranaeducação”, uma empresa privada que passa a gerenciar recursos públicos destinados à educação básica e, portanto, administrar os contratos dos profissionais da educação pública.Total de servidores em 2002: 18.000.	Lei 11.970 de 19/12/1997
1997 até	Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO:	TONO, Cineiva C.P.

2002	objetivando disseminar o uso do computador nas escolas públicas estaduais e municipais de todos os estados brasileiros e criar Núcleos de Tecnologia Educacional-NTE para concentrar ações de sensibilização e capacitação dos professores das escolas para incorporar esta ferramenta em seu trabalho pedagógico. As política educacionais implementadas através do PROINFO e PROEM até 2002 limitava e muitas vezes o acesso aos recursos tecnológicos nem existiram nas escolas.	artigo Políticas Públicas de Inclusão Digital no Paraná 1997-2006
2001	A SEED transformou por resolução o ensino noturno de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental em Ensino Supletivo. Negou aos alunos o direito assegurado pela LDB em seu artigo 4º.	Revista Chão da Escola, 2002 nº 1 Resolução 2618
	Correção de Fluxo:- Priorizava a economia de recursos e não a qualidade de ensino.	Revista Chão da Escola, 2002 nº 1
	Desmonte do ensino público superior e a concorrência do mercado privado de ensino abriram o mercado do ensino à distância no ensino superior.	FRIGOTTO, Revista da III Conferência Estadual de Educação.

Quadro 1: Breve Histórico da Educação no Estado do Paraná entre os anos de 1995-2002

Fonte: Autora da pesquisa

No segundo momento, a partir de 2003, a construção coletiva de novas Diretrizes indica o resgate da identidade e profundidade científica na Educação Básica do estado do Paraná.

O período apresenta uma política pública, com presença substancial do Estado e a defesa da educação de qualidade para todos. São elaborados Programas para atender aos Princípios definidos para a Política Educacional:

- educação como direito do cidadão;
- valorização dos profissionais da educação;
- escola pública e gratuita;
- qualidade de ensino;
- combate ao analfabetismo;
- diversidade cultural; e
- gestão democrática.

ACÕES	DETALHAMENTO
Ações para garantir os princípios da política educacional	<p>-A construção coletiva de Diretrizes Curriculares e elaboração da proposta curricular visando o resgate da identidade e profundidade científica na Educação Básica.</p> <p>-Plano de Carreira dos profissionais da educação</p> <p>-Concurso Público e substituição gradativa dos 18.000 servidores antes</p>

	contratados pelo Serviço Social Autônomo/ Paranaeducação. São professores, Técnicos Administrativos e Auxiliar de Serviços Gerais que entram para o quadro efetivo do Estado.
Formação Continuada dos professores	<p>-Amplio Programa de Capacitação com a integração das Instituições de Ensino Superior, estaduais e federais, utilização da Educação à Distância e com o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE/PR consolidado a partir de 2007 após a aprovação da Lei 103/05.</p> <p>-Efetivação e avaliação do Projeto Político Pedagógico das Escolas. Organizado pela SEED e pelos 32 NRE, subsidia as escolas na construção de sua proposta educacional.</p>
Discussão coletiva do currículo	<p>-As primeiras discussões contemplaram a situação concreta das Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, a partir de seminários promovidos pela SUED/SEED, acrescida da produção de documentos referenciais.</p> <p>-Numa segunda fase, em 2003 e 2004, discutiram-se propostas pedagógicas das áreas de ensino, por meio de diversos cursos, eventos e reuniões.</p> <p>-A terceira fase 2004 e 2005, num processo coletivo de reformulação curricular, a atividade de retorno às escolas para as discussões que são feitas no cotidiano dos professores. Para a construção das diretrizes curriculares que servirão de referência para a formação dos alunos de todo o Estado tornou-se importante utilizar as reuniões pedagógicas, horas-atividade, reuniões de estudos, eventos institucionais, municipais, regionais, estaduais, entre outros.</p>

Quadro 2 - Políticas Educacionais do Estado do Paraná entre os anos de 2003 – 2009

Fonte: www.app.com.br, www.diaadiaeducacao.pr.gov.br, www.grhs.seed.pr.gov.br

2.1.3 Metas 2008 - 2011 para a educação do Estado do Paraná

De acordo com o documento disponível sobre o Plano de Metas para a Educação Básica, o estado do Paraná fez adesão ao Plano de Ação Articulada - PAR, do governo federal, e apresenta o compromisso de melhorar os indicadores educacionais, a partir do desenvolvimento de ações que possibilitem o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Termo de Adesão ao PAR Nacional e nas metas estabelecidas para o IDEB.

No diagnóstico levantado pela SEED, sobre a Formação de Professores e de Profissionais de serviço e apoio escolar (equipes pedagógicas) sugere cursos de formação docente da rede estadual, em nível médio, ampliar a articulação com as Instituições de Ensino Superior - IES, do estado do Paraná, para a formação dos quadros de magistério para as séries iniciais e educação infantil.

O diagnóstico prevê a necessidade de elaborar um programa de formação inicial, em serviço e à distância, para todos os professores interessados das redes municipais de educação, em parceria com os municípios paranaenses.

A rede estadual ainda conta com alguns professores sem formação superior, que estão próximos da aposentadoria, atuando nas séries iniciais do ensino fundamental, situação que será alterada com a municipalização.

Para atender essa demanda potencial, o Plano de Ações Articuladas – PAR no estado do Paraná contempla: Formação Inicial de Professores e Equipes Pedagógicas, Formação Continuada de professores e Equipes Pedagógicas, Diversidade Social e Étnica, Formação de Gestores e Profissionais de Serviços e Apoio Escolar e Avaliação por Desempenho.

Com referência a Formação Continuada de Professores e equipes pedagógicas existem ações sendo implementadas como: DEB itinerante, Semana Pedagógica, Jornada Pedagógica, Grupos de Estudos por área do conhecimento e presencial como os Simpósios, encontro nos pólos regionais por modalidade de ensino e de educação a distância, utilizando mídias impressas, web, televisão e tutoria.

Esta formação pressupõe encontros presenciais nos 32 Núcleos Regionais de Educação com docentes de IES e outros professores da rede, para discussões, trocas de experiências das diferentes realidades regionais e a compreensão das diversas linhas de pensamento que fundamentam os cursos de formação inicial, buscando tornar mais ricas a função formativa.

As Jornadas Pedagógicas, formação continuada para as equipes pedagógicas, envolvem a participação dos profissionais das IES. São coordenadas pela SEED e desenvolvidas nos 32 NREs.

A Semana Pedagógica se caracteriza como uma atividade descentralizada e ocorre em todas as escolas da rede, nas primeiras semanas que antecedem o primeiro e o segundo semestre letivo, envolvendo todos os trabalhadores da unidade. Os dois primeiros dias são reservados para elaborar o planejamento anual, incluindo atividades de avaliação e compartilhamento das ações referentes aos diversos Programas desenvolvidos.

Os demais dias da Semana Pedagógica são reservados para os trabalhos coletivos, direcionados pela Secretaria de Educação. Nestes momentos, os

profissionais das escolas reúnem-se para analisar e discutir uma série de questões, à luz dos textos disponibilizados pela SEED.

Além disso, os contatos virtuais têm oportunizado o aprofundamento de discussões iniciais e o esclarecimento de pendências e dúvidas.

Outros processos descentralizados de formação continuada são as Semanas Pedagógicas nas escolas, a discussão e análise do livro didático do Programa Nacional do Livro Didático visando atender às Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, Formação Folhas/OAC (Objeto de Aprendizagem Colaborativa) Formação dos profissionais que atuam nas bibliotecas, aprofundando as discussões a respeito do aspecto pedagógico desse espaço físico.

Para melhorar estes procedimentos, na sociedade atual, marcada como a era da informação, a comunicação é um elemento poderoso como nunca foi na história da humanidade.

Percebe-se que é preciso trabalhar com novas formas de ensino / educação, pensar em inovações educativas na perspectiva teórica, crítica, filosófica, social exigidas pela educação contemporânea bem como incorporação de novas ferramentas. O desenvolvimento das aplicações tecnológicas e a generalização de seu uso em todos os ambientes da vida cotidiana alteram a forma de conceber, criar, transmitir conhecimento. Assim, inclusões de tecnologias na área podem contribuir para melhorar os processos e os resultados da aprendizagem nas escolas, se os professores, diretores, assessores pedagógicos e o pessoal administrativo revisarem sua forma de entender como se ensina e como aprendem os jovens de hoje.

Na avaliação de Moran (2007) o trabalho do professor na sociedade da informação deve vincular a tecnologia nos encaminhamentos metodológicos, integrando texto escrito, comunicação oral, escrita aproximando as mídias, as atividades, favorecendo aos alunos transitarem de um meio para outro, de um formato para outro enfim, trazer o universo audiovisual para dentro das escolas.

O professor deve valorizar o trabalho presencial no que tem de melhor e a comunicação virtual no que ela pode favorecer.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná vem realizando esse trabalho em conjunto com as Instituições de Ensino Superior.

Quanto à infra-estrutura física e Recursos Pedagógicos reconhece a necessidade de melhorar e criar espaços físicos para atender as necessidades de todas as escolas através da criação de laboratórios de ciências, matemática e artes

para toda a rede estadual; efetivação na instalação dos laboratórios de informática; apoio técnico e manutenção constante destes laboratórios.

A SEED possui o programa Paraná Digital, em fase de implantação em todas as escolas da rede estadual para atender aos professores e alunos. Nas escolas que possuem laboratório faltam equipamentos, produtos e manutenção. Não há técnico especializado para realizar a manutenção. Em alguns laboratórios um assistente de execução auxilia o professor nas aulas práticas.

Consta das metas para as instalações físicas e equipamentos a criação de espaços físicos para laboratórios específicos (sala de estágio para formação de docentes). Melhorar as condições dos laboratórios nas escolas profissionalizantes; aquisição de equipamentos novos para todos os laboratórios, capacitar professores e profissionais de apoio.

Ainda nesse item a Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública, consideram demanda potencial viabilizar a conexão em todas as escolas, principalmente as de difícil acesso. Instalação das televisões e produção de conteúdos digitais.

Quanto aos recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas aponta a aquisição e atualização do acervo bibliográfico permanente para todos os níveis e modalidades de ensino e Programa para sistematização digital do acervo bibliográfico.

O Estado do Paraná se propõe a cumprir integralmente as ações propostas no PAR bem como em parceria com o Ministério da Educação acompanhar e avaliar as ações a serem desenvolvidas. Assume o compromisso de divulgar a evolução dos dados educacionais à população com a finalidade de estimulá-la a participar e promover o controle de todas as ações propostas no documento.

2.2 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Neste item, discute-se a aplicação dos conceitos de qualidade na educação determinados pelo MEC, outras instituições e autores que discutem esta temática.

2.2.1 Conceito de Qualidade

Qualidade é um conceito subjetivo, relacionado diretamente ao interesse de cada indivíduo. Fatores culturais, necessidades e expectativas influenciam o significado do termo.

Em termos genéricos, o conceito de qualidade vem sendo utilizado no processo produtivo. Diversos discursos evocam a qualidade total e a necessidade de melhoria da qualidade para aumentar a competitividade do produto.

Entre os conceitos mais citados sobre qualidade destaca-se “o de adequação ao uso” dado por Juran (1991, p. 21), que considera atribuição do consumidor definir adequado ou não o produto. Embora esta definição esteja entre as mais citadas reconhece que ela não tem aceitação universal.

Para o autor, quando se tratam de cliente e fornecedores, a variação nos pontos de vista apresenta diferenças de definição do que seja qualidade.

Juran (1991, p. 157) afirma que “até os anos 60 eram raros os exemplos de políticas de qualidade por escrito. Tais publicações quando feitas eram para uso interno e geralmente restrito aos níveis mais altos da hierarquia”.

As mudanças econômicas trouxeram novas exigências o que resultou em novas formas de organizar a vida em sociedade e atualmente os indicadores de qualidade são divulgados amplamente tanto no interior das instituições quanto para conhecimento dos interessados em geral.

Crosby (1979, p. 17) garantir a qualidade significa “induzir as pessoas a fazer melhor tudo àquilo que devem fazer. “As pessoas” incluem tanto a alta administração como as camadas inferiores da organização. Afinal uma das partes mais importantes do trabalho é garantir que todas as funções administrativas tenham a chance de cumprir suas responsabilidades”.

Para ele, os responsáveis pela qualidade são os gestores e não os colaboradores e as iniciativas de qualidade devem vir do alto da pirâmide organizacional, inspirando inclusive pelo exemplo. Defende a criação de um grupo de qualidade no nível estratégico da organização, e o treinamento técnico dos colaboradores. Considera a prevenção e não a inspeção, teste e controle como principal fonte de qualidade.

Crosby (1979, p.29) escreve que “Em gerência de qualidade, o problema não é o que as pessoas ignoram, mas o que elas pensam que sabe. A coisa torna-se

mais difícil por causa dos pressupostos convencionais sobre a qualidade que as pessoas vão cultivando no decorrer dos anos de carreira bem sucedida, numa linha de trabalho diversa da que é executada pela gerência de qualidade.”

No contexto das certificações da série ISO 9000, a qualidade exige um conjunto de características que preencha os requisitos. Esquivando-se da variedade de definições, a Associação Norte Americana da Qualidade (ASQ) reconhece que cada pessoa tem sua própria definição, mas tecnicamente qualidade significa:

As características de um produto ou serviço ter a capacidade de satisfazer necessidades declaradas ou implícitas ou Um produto ou serviço livre de deficiências.

Carreira (2008) considera Deming um dos apóstolos da qualidade e destaca uma das afirmativas deste guru “a melhoria na qualidade reduz despesas ao mesmo tempo em que amplia a produtividade e a fatia do mercado”. Este também definiu a qualidade como função das necessidades do consumidor. Com as mudanças econômicas e sociais novas exigências criam novas necessidades o que leva a outra especificação da qualidade. Alertava também que era necessário utilizar os instrumentos de controle estatístico de qualidade em vez de mera inspeção tradicional por amostragens de produtos, que não melhora nem garante a qualidade.

Hutchins (1992) destaca quatro elementos chaves da qualidade total: sistemas, controle de Processos, gerenciamento e pessoas. Ele diz ainda: “o objetivo mais importante é estabelecer sistemas e procedimentos por toda a organização, que permitam a identificação, monitoramento e a eventual eliminação das deficiências relacionadas ao produto”.

Quando ele se refere ao Gerenciamento e as Pessoas, sugere que: “é de se esperar que sobrevivam apenas aqueles que compreendem que o verdadeiro objetivo das ciências e disciplinas relacionadas à qualidade é criar organizações onde todos estejam comprometidos com as atividades que visam torná-la a melhor em seu campo de atuação”. Para este autor a qualidade antes focada no produto agora passou a ser a previsão e a superação das expectativas do cliente. O enfoque deixou de ser o produto e passou a ser as necessidades das pessoas.

2.2.2 Qualidade na Educação

Moran (2007, p.15) considera que um ensino de qualidade depende de organizações com projetos pedagógicos coerentes, infra-estrutura adequada,

docentes bem preparados e com boas condições profissionais e alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente.

De um ponto de vista histórico, Oliveira *et al* (2005) lembra que na educação brasileira, três significados distintos de qualidade foram construídos e aceitos na sociedade: um primeiro condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado ao número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, a idéia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala.

O autor assegura ainda que, a primeira noção de qualidade com a qual a sociedade brasileira aprendeu a conviver foi aquela da escola cujo acesso era insuficiente para atender a todos, pois o ensino era organizado para atender aos interesses e expectativas de uma minoria privilegiada. Portanto, a definição de qualidade estava dada pela possibilidade ou impossibilidade de acesso. As estatísticas educacionais brasileiras evidenciam, por exemplo, que na década de 1920 mais de 60% da população brasileira era de analfabetos (OLIVEIRA *et al*, 2005).

Com a democratização do acesso e a expansão da rede de escolas, a qualidade passa a se efetivar através de rigorosos mecanismos de seleção extra e intra-escolares.

A educação brasileira vem incorporando um terceiro indicador de qualidade, que é a qualidade indicada pela capacidade cognitiva dos estudantes, aferida mediante testes padronizados em larga escala, nos moldes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, para o Ensino Superior.

A partir de diretrizes e de matrizes curriculares considerando os níveis de escolarização, são preparados exames padronizados que, em tese, aferem o conhecimento que o aluno tem dos conteúdos referentes ao que já foi estudado de acordo com o nível de escolarização.

A efetividade do direito à educação está garantida pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 define como um dos princípios do ensino brasileiro a garantia de padrão de qualidade (inciso VII, art. 206), estabelece que a União deva garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade

(art. 211, parágrafo 1º) e determina vinculação de recursos por esfera administrativa a serem aplicados para a realização dessas finalidades (BRASIL, 1998, art. 212).

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 garante o pleno desenvolvimento da pessoa, a garantia da educação como dever do Estado e direito do cidadão, ficará incompleto se não se realizar com práticas concretas no interior da escola (BRASIL, 2009).

A LDB prescreve que o dever do Estado para a efetivação do direito à educação será concretizado mediante a garantia de "padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem" (inciso IX art. 4º). Além disso, prevê que a União, em regime de colaboração com os entes federados, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, com base em um custo-aluno mínimo que assegure um ensino de qualidade.

Contudo, se a legislação brasileira incorporou o conceito de qualidade do ensino essa incorporação não foi suficiente para estabelecer de forma precisa em que consistiria ou quais elementos integrariam o padrão de qualidade do ensino brasileiro.

O delineamento de dimensões, fatores e indicadores de qualidade tem ganhado importância na agenda de governos, movimentos sociais, pais, mães, estudantes e pesquisadores do campo da educação.

Os indicadores de qualidade na Educação, disponíveis no site do INEP abrangem sete dimensões: ambiente educativo; prática pedagógica e avaliação; ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; gestão democrática; formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; ambiente físico escolar; acesso e permanência dos alunos na escola.

Estas variáveis foram incluídas nos questionários permitiram agregar informações e aprofundar as análises de vários aspectos sobre a população pesquisada.

Quanto ao ambiente educativo, os indicadores se referem às relações afetivas de respeito, amizade, solidariedade, à disciplina, ao combate à discriminação e ao exercício dos direitos e deveres.

Em relação à prática pedagógica e avaliação os indicadores refletem coletivamente sobre a proposta pedagógica da escola, sobre o planejamento das

atividades educativas, sobre as estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, os processos de avaliação dos alunos, incluindo a auto-avaliação e a avaliação dos profissionais da escola.

O enfoque dado ao ensino e aprendizagem da leitura e da escrita refere-se à prática de garantir que todos os alunos aprendam. Para a ação se concretizar, a escola precisa ter uma proposta pedagógica com orientações transparentes para a alfabetização inicial, buscando as orientações nos momentos de avaliação e reuniões pedagógicas referentes a esse contexto; cuidando também para que os planos de aula e de outras concepções de alfabetização inicial sejam organizados ponderando as orientações da proposta pedagógica.

O plano de alfabetização prevê condições materiais para leitura, inclusive para produções das próprias crianças; que participam de projetos ou atividades e podem conhecer e praticar os diferentes usos da leitura e da escrita.

Sabemos que não é simples situar um limite entre o que é estar alfabetizado ou não, mas a escola precisa definir essa fronteira. Por isso torna-se importante que os professores constituam um plano de progressão das habilidades de leitura e escrita colocando finalidades para a série, ano ou ciclo. A escola precisa deixar evidente o que os alunos devem aprender em cada etapa até a conclusão do Ensino Fundamental.

Os indicadores na Gestão Democrática preocupam-se com a qualidade, com a relação custo-benefício e com a transparência. Em relação à Formação e condições de trabalho discute-se sobre o processo de formação dos professores, sobre a competência, assiduidade e estabilidade da equipe escolar.

Quanto ao espaço físico escolar, os indicadores enfatizam o bom aproveitamento dos recursos existentes na escola, a qualidade dos recursos e a organização do espaço escolar.

Os indicadores para o acesso, permanência e sucesso na escola, evidenciam a preocupação com os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem.

O Programa de Desenvolvimento Escolar do governo federal avalia que a “indústria da aprovação automática” e a “indústria da repetência” não contribuem para a melhoria na qualidade almejada. Dessa preocupação nasceu a proposta de combinar os resultados do desempenho escolar (prova Brasil) e os resultados do

rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar) num único indicador de qualidade: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2009).

2.3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Dados do INEP (2007) demonstram que o quadro de formação inicial e continuada não é satisfatório no país. De modo geral, o setor privado responde por 74% das matrículas em cursos de graduação presencial. São cursos oferecidos no período noturno em instituições não universitárias. Afirma, com base nos dados, que a maior parte dos professores no Brasil é formada em instituições não universitárias e em cursos ofertados no noturno. Tais instituições apresentam em geral situação mais precária, sobretudo quanto à qualificação/titulação do corpo docente, projeto acadêmico dos cursos e bibliotecas, no entanto, as licenciaturas foram privilegiadas historicamente por essas instituições.

Ainda afirma que para uma política nacional de formação e valorização dos professores, a formação inicial deve ser articulada com a formação continuada promovendo e fortalecendo os processos de formação inicial e continuada dos docentes em consonância com as atuais demandas educacionais e sociais e com as mudanças epistemológicas no campo do conhecimento. Sobre a formação docente, Kuenzer afirma que:

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho e das relações sociais neste final de século puseram em curso novas demandas de educação, estabelecendo os contornos de uma nova pedagogia já é afirmação corrente entre pesquisadores e profissionais da educação. A tarefa que resta a ser feita por esses profissionais é traduzir o novo processo pedagógico em curso, elucidar a quem ele serve explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover as necessárias articulações para construir coletivamente alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas (KUENZER, 1999, p.166).

Analisa que não basta o professor conhecer o conteúdo específico de sua área, ele precisa dar conta de transpor esse conteúdo para situações educativas. Deverá conhecer os modos como se dão a aprendizagem em cada etapa do desenvolvimento humano, as formas de organizar o processo de aprendizagem e os procedimentos metodológicos próprios a cada conteúdo. E ainda precisará ser um profundo conhecedor da sociedade de seu tempo, das relações entre educação, economia e sociedade, dos conteúdos específicos, das formas de ensinar e do seu

aluno. Cabe as universidades fazer as interfaces entre as diferentes áreas do conhecimento ao realizar a formação inicial.

Ludke (2007) destaca a importância da atividade da pesquisa para o professor em qualquer nível de atuação, e quando se trata do professor da educação básica, a questão se reveste de particular complexidade, sobretudo por suas condições de trabalho. Acha ser provável que no dia a dia das escolas boa parte dos professores pesquisadores resuma suas atividades de pesquisa às tarefas de elaboração de materiais de ensino, e até a preparação de aulas.

Em publicações periódicas compreende-se que o professor precisa fazer da escola um espaço de formação onde a reflexão e a autonomia seja constante, porém se a forma de organização da escola contribui para o entrave do trabalho docente, a formação inicial do professor também contribui com esse quadro.

O Fórum dos Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, em 1999, já alertava que:

Por um lado, o papel da universidade relacionado à formação profissional necessita de uma redefinição que possibilite acompanhar a evolução tecnológica que define os contornos do exercício profissional contemporâneo, considerando a formação acadêmica como tarefa que se realiza, necessariamente, em tempo diferente daquele em que acontecem as inovações. A este dado acrescenta o fato de que não se concebe mais um exercício profissional homogêneo durante o período de vida útil (Plano Nacional de Graduação, 1999, p.7).

As transformações provocadas pela sociedade do conhecimento têm desafiado as universidades a oferecer uma formação compatível com as necessidades deste momento histórico. O novo desafio é instrumentalizar o aluno para um processo de educação continuada que deverá acompanhá-lo por toda a vida. O professor precisa repensar sua prática pedagógica e conscientizar-se que não pode apenas repassar informações para seus alunos. O universo da informação ampliou-se nestas últimas décadas e o eixo da ação docente deve passar do ensinar para o aprender a aprender.

Assim, os cursos de formação inicial, bem como a formação continuada precisam estar articulados com os reais problemas escolares para que a escola atenda as demandas que lhe cabe levando em consideração a necessidade da escola atual através de uma nova postura, reconhecendo que os alunos possuem entre si diferentes estágios, atitudes, personalidade e relações com o saber. A

profissionalização docente deve considerar e valorizar a diversidade como fator enriquecedor do processo de aprender.

Somente o desenvolvimento profissional de qualidade torna possível a implementação das políticas educativas que atendam aos interesses da sociedade. O trabalho coletivo e sistematizado no contexto escolar poderá contribuir para sairmos de uma concepção de ensino-aprendizagem centrada na memorização e na repetição dos conteúdos ensinados em sala de aula para uma nova concepção pautada pela reflexão e autonomia.

A formação em serviço é uma opção viável e pode contribuir para melhorar os índices de qualidade Educacional.

Ludke *et al* (2007) faz uma citação sobre do campo de trabalho do professor da Educação Básica: “Embora haja na rede, por certo, escolas que desenvolvem algum tipo de atividade de pesquisa, o professor de ensino básico é na maioria das instituições, responsável por um grande número de turmas, nas quais atua como transmissor/organizador do conhecimento acumulado em diferentes campos do saber”.

No estudo realizado sobre o professor da educação básica a pesquisadora afirma ainda que:

Toda a sua carga horária de trabalho semanal é, em geral, comprometida com o tempo despendido em sala de aula, tendo em princípio, um tempo livre destinado à preparação de aulas e outras atividades. Essa realidade implica que em muito poucas instituições de ensino básico as atividades de pesquisa de professores sejam sistemáticas (LUDKE, 2007, p.124).

Nesse sentido, a prática deve priorizar o currículo da formação de professores e a formação deve começar pelo estudo e análise do ato de ensinar. A profissionalização docente que busque a construção de uma escola democrática visando uma sociedade inclusiva, base para o desenvolvimento de um estado democrático.

Pesquisas realizadas por diversas Instituições de Ensino Superiores do país e do exterior apontam para a complexidade e o longo caminho que ainda temos de caminhar tanto na compreensão quanto na prática da pesquisa, na formação do professor. .

As perspectivas para o século XXI indicam a educação como alicerce dos ideais de justiça, paz, solidariedade e liberdade. Estamos testemunhando o advento da sociedade do conhecimento e a globalização.

Novas demandas pedem propostas inovadoras e eficientes, nos dias atuais, nosso desafio maior é caminhar para um ensino e uma educação de qualidade que integre todas as dimensões do ser humano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A modalidade desta pesquisa é o estudo de caso, o qual “consiste no estudo aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos” (GIL, 2007, p.54).

Esta pesquisa busca elementos para verificar se a volta dos professores já efetivos da rede estadual de ensino aos estudos sistematizados, orientados pelas IES, com tempo para dedicar-se exclusivamente aos estudos e conhecedores da organização do espaço escolar, pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no Estado.

De acordo com os dados disponíveis na coordenação do Programa de Desenvolvimento Educacional 1.100 professores foram selecionados para participar do PDE em 2008.

Estes professores, após um ano de estudos teóricos orientados pelas IES, desenvolvem trabalho de tutoria em rede, por um período de seis meses, com até 38 profissionais inscritos, de acordo com a área de atuação e assunto de interesse.

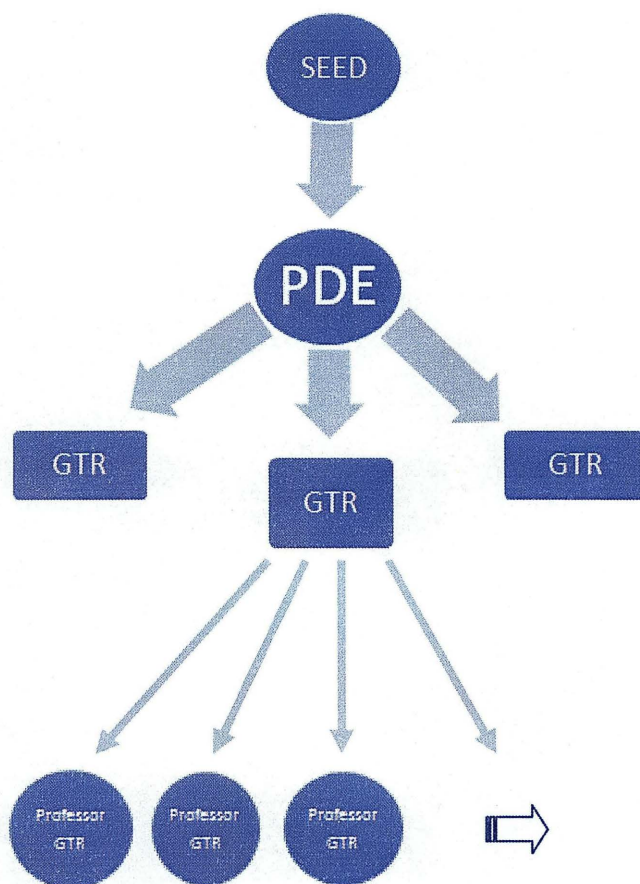
Os professores e professoras pesquisados, por amostragem, são os participantes dos GTR nos anos de 2008, e a meta é identificar se o GTR contribui com a formação dos professores, propiciando mudanças qualitativas no processo ensino aprendizagem. O acesso a dados e informações, depois de sistematizados, apontaram aspectos positivos e negativos do programa e apresentar sugestões para a melhoria do mesmo.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Para desenvolver um diagnóstico da Contribuição do PDE/GTR 2008 no processo de Formação Continuada dos professores da Educação Básica da rede estadual do Paraná esta pesquisa fez um estudo exploratório. Foi realizado um levantamento bibliográfico relativo à questão do ensino básico e os apontamentos voltados para a capacitação. Os estudos teóricos a partir de livros, revistas e artigos

científicos da área deram o direcionamento para uma abordagem dialética através de levantamento e análise dos dados para confrontar a visão teórica abordada com os dados da realidade.

3.2 CAMPO DA PESQUISA



Legenda:

SEED – Secretaria de Estado da Educação

PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

GTR – Grupo de Trabalho em Rede

Professor GTR – professor cursista em atividade docente

Figura 1 – Campo de Pesquisa

Fonte: Autora da pesquisa

A pesquisa foi realizada com professores das escolas estaduais do Paraná, em diferentes estabelecimentos de ensino e participantes do PDE/GTR 2008.

Foi elaborada e enviada uma carta de apresentação a 100 professores PDE e junto a esta o instrumento elaborado, enviado por correio eletrônico para que o enviasse a um participante do seu grupo GTR, que trabalha nas escolas estaduais distribuídas nos 32 Núcleos Regionais de Educação.

Informações gerais do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE – PR disponível no site www.pde.pr.gov.br (2009) avalia-o como um Programa inovador de política pública que pode contribuir para promover a qualidade do ensino é o Plano de Carreira dos docentes - o Plano de Desenvolvimento Educacional - PDE do Paraná.

As propostas discutidas, construídas e encaminhadas pela categoria dos professores do estado do Paraná, a APP Sindicato, e acolhida pelos gestores da SEED no ano de 2004 levou a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da categoria - PCCV (Lei Complementar nº. 103, de 15 de março de 2004). A Lei inclui a formação dos profissionais que trabalham na rede estadual, através do Plano de Desenvolvimento Educacional - PDE.

A SEED, em cooperação com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, instituiu o PDE, uma política educacional inovadora de Formação Continuada das professoras e professores efetivos das escolas públicas estaduais do Paraná. O PDE foi elaborado como um conjunto de atividades organicamente articuladas, definidas a partir das necessidades da Educação Básica e busca no Ensino Superior a contribuição solidária e compatível, com o nível de qualidade desejado para a educação pública estadual.

Estabelece o diálogo entre os professores da Educação Básica e os do Ensino Superior através de atividades teórico - práticas orientadas visando à produção de conhecimento e mudanças na prática escolar

O PDE começou a se concretizar em 2007 para produzir progressões na carreira e melhoria na qualidade da educação oferecida aos estudantes das escolas públicas do Paraná.

O Programa oferece tempo livre para estudos, demonstra preocupação com a formação permanente dos educadores e com o aprendizado dos alunos, direitos já assegurados, mas que se perdem, na atividade isolada e fragmentada, conduzida por interesses alheios à educação. Por isso a importância da parceria com as universidades, considerando sua função principal é a produção do saber, dissociada do ensino e da pesquisa.

O PDE parece criar novas condições de formação continuada para que os saberes produzidos historicamente e socialmente se ramifiquem em todas as escolas públicas de nosso Estado. A parceria com as IES pode contribuir substancialmente para o sucesso do Programa que encontra ressonância na reflexão crítica nelas produzidas.

Tudo indica que o retorno do Professor às atividades acadêmicas de sua área de Formação inicial traz condições de atualização e aprofundamento de seus conhecimentos teórico-práticos permitindo reflexão teórica sobre a prática possibilitando mudanças na prática escolar.

O professor PDE, realiza a maioria das atividades de forma presencial nas IES do Estado do Paraná. Com os demais professores da rede pública estadual de ensino, podem se utilizar dos suportes tecnológicos, disponíveis na estrutura da SEED, para desenvolver as atividades didático-pedagógicas propostas.

Essas atividades estão especificadas no Plano Integrado de Formação Continuada que organiza o Programa PDE e prevê três grandes eixos de atividades: Integração teórico-práticas, aprofundamento teórico e atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico. São desenvolvidas no decorrer do Programa, o qual se constitui de quatro períodos, distribuídos em dois anos, exceto para os professores titulados.

No primeiro período, a integração teórico-práticas, o professor PDE elabora um Plano de Trabalho voltado para um objeto de estudo que contribua para o trabalho de intervenção pedagógica na escola.

No segundo momento, o aprofundamento teórico acontece através de uma produção didático-pedagógica junto aos profissionais das IES. Para desenvolver o Projeto na escola o Professor PDE sistematiza seu plano de ação possibilitando as intervenções ministradas também pelos professores GTR.

No terceiro período do Programa, o professor PDE irá programar seu Projeto na escola e para tanto será necessária estreita articulação das ações do professor PDE com a Direção, Equipe Pedagógica e Técnico-Administrativa, Assistentes de Execução, equipe Auxiliar Operacional, Professores e Alunos, a fim de que as ações planejadas alcancem o seu objetivo.

O último eixo possui uma identidade específica de instrumentalização pedagógica para atuar com os demais professores da Rede, através dos Grupos de

Trabalho em Rede – GTR, os quais são desenvolvidos através da plataforma MOODLE.

O GTR é parte do Plano Integrado de Formação Continuada do PDE com carga horária para o professor PDE/Tutor de 64 horas e para os demais professores da Rede, inscritos no GTR como participantes, a carga horária é de 60 horas e equivale a 9 pontos para a progressão na carreira.

O GTR promove a inclusão virtual, dos Professores da Rede, nos estudos, reflexões, discussões e elaborações realizadas pelos professores PDE como forma de democratização do acesso aos conhecimentos teórico-práticos específicos das áreas/disciplinas do Programa.

3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Para verificar a atividade desenvolvida nos GTR desenvolveu-se um questionário (Apêndice A), contendo 10 questões, mediante a utilização da plataforma Google DOCS. As alternativas são de múltipla escolha e incluem ainda a possibilidade de optar e indicar alternativas que não constam nas opções.

Gil (2002) ressalta que o questionário é um instrumento de coleta de dados rápido, barato e não exige treinamentos para sua aplicação, permite também garantir o anonimato do respondente.

As questões foram elaboradas em três blocos, sendo I Perfil, II Questões específicas sobre o GTR e III Questões sobre a qualidade do ensino, conforme detalhado no Quadro 2.

Item	Questões	Objetivo	Observações
I Perfil	Núcleo regional, município, escola, sexo, faixa etária, tempo de atuação, função, disciplina.	Traçar o perfil dos professores inscritos no GTR, pertencentes à estadual do Paraná.	8 questões abertas e fechadas.
II Questões específicas sobre o GTR	Interesses do professor, dificuldades no decorrer do curso e na implementação.	Compreender se o GTR possibilita de fato ao professor aprimorar o seu trabalho como educador.	3 questões abertas.
III Questões sobre Qualidade do ensino	Acesso ao portal do MEC. Dimensões que contribuem	Se o professor busca atualização a respeito de informações/notícias e legislações. Identificar o grau de	2 questões fechadas.

	para indicar a qualidade.	importância dos critérios de qualidade, na visão dos professores.	
--	---------------------------	---	--

Quadro 3: Questões do Instrumento de Pesquisa, com Respectivos Objetivos

Fonte: Autora da pesquisa

Após a coleta dos dados, utilizou-se o resumo obtido através do DOCs, no Google, constando inclusive os percentuais e gráficos.

O questionário contém perfil das pessoas pesquisadas, bem como procura verificar os objetivos e a dinâmica participativa do professor no espaço de tempo em que trabalhara com o GTR.

O questionário foi aplicado online, através do site www.gmail.com.br (DOCs) por um período de 30 dias.

Para contato com os professores PDE, explicando a importância da participação dos professores GTR participante do seu grupo, foi enviada, por e-mail, uma carta explicando o quê, como e qual a finalidade da pesquisa.

Estes enviaram a um professor GTR participante do seu grupo para que acessassem o site do Gmail onde respondessem as questões elaboradas atendendo ao nosso objetivo de coletar os dados e as informações.

3.4 CARACTERIZAÇÕES DA AMOSTRA

A pesquisa, para coleta das informações, foi por amostragem e através da fórmula aplicada, sobre os 1100 professores participantes do PDE que por sua vez são os coordenadores dos GTR e que abrigam mais professores no processo. O resultado do cálculo totalizou 108,4 professores PDE. Para tanto, adotou-se o nível de confiança de 96% e margem de erro de 3%. A amostra estabelecida como ideal pelo cálculo foi de 108 respondentes.

3.5 POPULAÇÃO DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram professores PDE ingressados em 2008, os quais foram escolhidos aleatoriamente entre os 1100 aprovados na seleção do referido ano. Foram contemplados os 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE) do Paraná, para participar da pesquisa em pauta. Esses professores que atuam na rede pública estadual de ensino indicaram um professor participante do Grupo de Trabalho em Rede (GTR), sob a sua tutoria.

A população da pesquisa compreende 1100 professores da rede pública estadual do estado do Paraná, sendo que os endereços de e-mail foram fornecidos pela Coordenação do PDE do Estado do Paraná. A amostra da pesquisa é composta por 108 respondentes, obteve-se um retorno de 60, sendo que 12 não responderam, 10 foram inutilizados por erro, e 38 responderam via questionário eletrônico.

Para tanto, considerou-se o total de 38 respondentes, resultado obtido da amostra desta pesquisa. As respostas foram analisadas quantitativa e qualitativamente, sendo os resultados percentuais apresentados em gráficos, com o intuito de facilitar a visualização. As questões abertas são analisadas de forma interpretativa.

3.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segue-se à análise e interpretação dos dados. Dos 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE), que pertencem à SEED, 26 participaram da pesquisa, contemplando 38 professores e professoras.

O perfil dos respondentes demonstra que 74% dos respondentes são do sexo feminino e 10% do sexo masculino, a maioria distribuída entre as faixas etárias de 31 a 50 anos de idade.

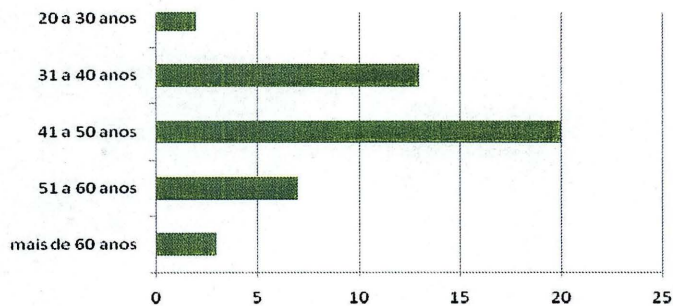


Gráfico 1: Faixa Etária e Sexo dos Professores

Fonte: Autora da pesquisa

A faixa etária de 20 a 30 anos, iniciantes na carreira do magistério contam apenas 3% dos participantes e acima dos 60 anos 8%. O destaque com percentuais maiores estão nas faixas etárias de 31 a 40 anos e 41 a 50 anos, apresentando 32% e 45% respectivamente. O tempo de atuação no magistério revela percentuais maiores de participantes que atuam no magistério superior a 15 anos.

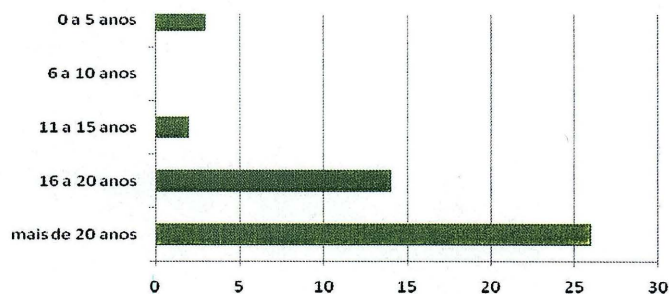


Gráfico 2: Tempo de Trabalho dos Professores, no Magistério Estadual

Fonte: Autora da pesquisa

Entre os respondentes, os que trabalham a mais de 16 anos apresentam percentual de 90% sendo que entre estes, os que atuam acima de 20 anos na escola pública chegam a 61%. Os pesquisados são profissionais que desenvolvem trabalho docente em sua maioria, 5% são gestores escolares e 3% atuam nas equipes pedagógicas das escolas.

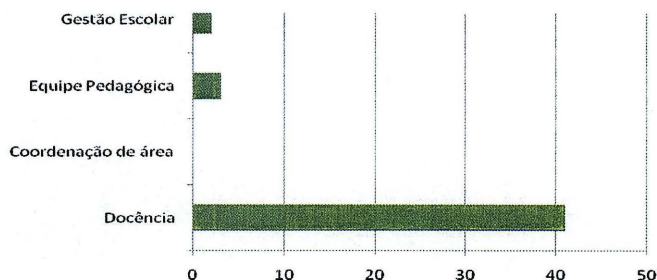


Gráfico 3: Tipo de Trabalho Desenvolvido pelos Pesquisados

Fonte: Autora da pesquisa

A maioria desenvolve trabalho pedagógico em sala de aula e perfaz um percentual de 87%. Estas informações permitem afirmar que os profissionais participantes do GTR pertencem à faixa etária de grande vigor físico e intelectual. Possuem potencialidades e condições de oferecerem trabalho à educação por tempo significativo.

É importante lembrar que, o investimento feito na qualificação desses profissionais poderá retornar em benefício do trabalho pedagógico em seus locais de trabalho.

Outro aspecto a ressaltar é que, o tempo de serviço da maioria dos respondentes está acima de 16 anos. São, portanto conhecedores da organização do espaço escolar, de seus problemas.

Além disso, a opinião foi dada por professores que atuam em sala de aula, ou seja, estão mais próximos dos alunos. Eles podem avaliar mais qualitativamente as dificuldades em fazer chegar às mudanças necessárias de melhorias da qualidade do ensino ofertado.

Constata-se que, o curso oferece aos professores, condições para qualificação em serviço, uma vez que promove o acesso à tecnologia e através de metodologia apropriada organiza e orienta os grupos.

Assim, sem afastar-se do espaço de trabalho, os professores e professoras acessam os textos organizados para estudo, participam dos fóruns de discussão e correlacionam a teoria estudada com a prática que realiza no dia a dia do seu fazer pedagógico.

O quadro a seguir mostra a participação dos professores por área/disciplina, revelando a participação de todas as disciplinas que compõem a matriz curricular da Educação Básica.

Tabela 2: Percentuais de Participação dos Professores por Área

Área/ Disciplina de Atuação	Percentual/ participação
Artes/Educação Artística	3%
Biologia	3%
Ciências	8%
Educação Física	14%
Física	3%
Geografia	3%
Gestão Escolar	3%
História	3%
Língua E. Moderna	5%
Matemática	16%
Outros	54%

Fonte: Autora da pesquisa

Sobre a decisão de participar do GTR, a maioria, totalizando 43%, afirmam que é uma oportunidade para melhorar o trabalho pedagógico, seguidos por 29% que entendem ser uma possibilidade de melhoria no salário.

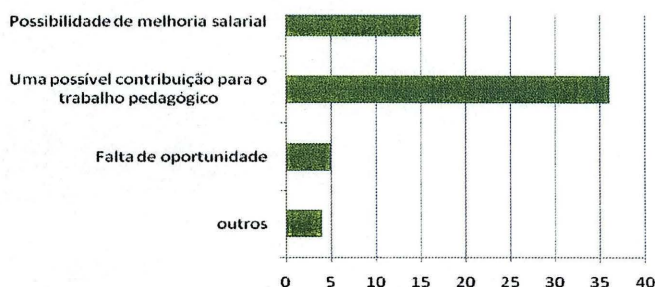


Gráfico 4: Motivo que Levou o Professor Pesquisado a Inscrever-se no GTR

Fonte: Autora da pesquisa

Ao afirmarem que a maior preocupação é melhorar a qualidade do trabalho pedagógico pode-se depreender que, sendo a maioria deles, conhecedores do espaço escolar, revelam um dado importante para futuras políticas públicas nesta área.

Os temas propostos pelo GTR expressam as políticas propostas pela SEED o que faz com que os professores da rede estadual tenham interesse em aprofundar seus conhecimentos. Uma vez que as práticas dessas políticas inferem para que se tenha uma escola pública de qualidade, os professores se utilizam destas práticas para que de fato ocorra o ensino aprendizagem.

Entre as dificuldades encontradas, durante o período de estudo, 73% respondeu que foi a falta tempo para estudar. Em segundo lugar está a dificuldade para acessar a internet com 18% das respostas. Destaque que ao contrário do professores PDE, os participantes do GTR não foram afastados de suas atividades profissionais.

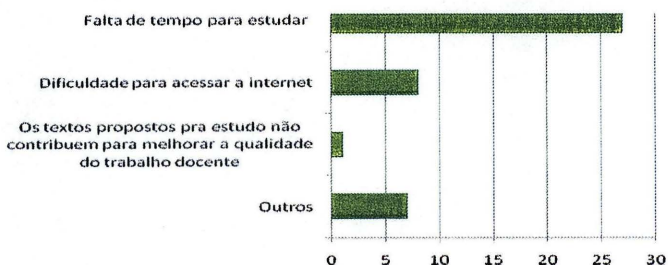


Gráfico 5: Dificuldades Encontradas Durante o Período do Curso GTR

Fonte: Autora da pesquisa

A preocupação com o tempo disponível para melhorar o desempenho pedagógico do profissional que atua em sala de aula é um tema recorrente,

pressupõe elementos externos ao campo educacional e essa demanda deverá ser um processo a ser resolvido em longo prazo.

No item sobre o dia a dia da prática escolar, a principal dificuldade para desenvolver o trabalho proposto no GTR destacado foi à falta de material de pesquisa com 17%, seguido do pouco interesse do diretor, equipe pedagógica em viabilizar espaço e tempo mais apropriados para desenvolver as propostas elaboradas com percentual de 13%.

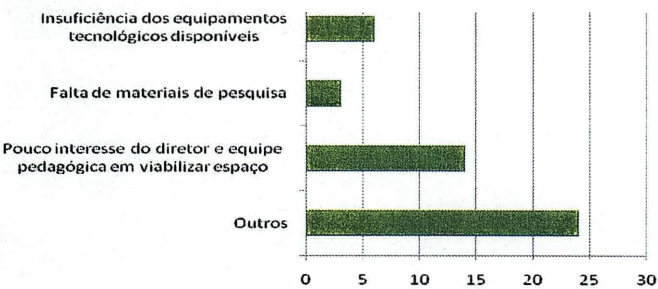


Gráfico 6: Principal Problema para os Professores Desenvolverem o Trabalho no GTR

Fonte: Autora da pesquisa

A referência feita pelos respondentes à falta de materiais para desenvolver a contento suas atividades docentes demonstra fragilidade na origem do processo, quando o professor PDE deixa de repassar ao seu GTR material adequado e suficiente.

Isto então gera como consequência a segunda constatação, também apresentada no gráfico 6, que é o pouco interesse do diretor e da equipe pedagógica em viabilizar espaços e tempos mais apropriados para desenvolver as propostas elaboradas nos GTR.

O professor PDE não tem disponibilizado material suficiente para o professor GTR conhecer mais profundamente o tema. Ou seja, a fundamentação oferecida nas salas virtuais não tem sido suficiente para viabilizar a argumentação do professor GTR diante da equipe pedagógica sobre as mudanças necessárias no espaço escolar, as quais poderiam promover a melhoria das condições do trabalho docente.

Os equipamentos tecnológicos não são vistos como um problema relevante. Dos participantes, apenas 10% afirmaram ser essa a maior dificuldade para desenvolver o trabalho pedagógico.

Na questão sobre o acesso ao portal do MEC, 76% responderam que acessam e 18% que não tem essa prática.

No Paraná, as ações efetivas e organizadas do uso da tecnologia no espaço escolar iniciaram em 2004. Inicialmente os professores tiveram acesso ao Portal da Educação, um site específico, organizado e atualizado pelos Departamentos e Diretorias da SEED.

Também iniciaram a produção de material didático para um projeto denominado “folhas” para o qual produziam materiais que eram e ainda são validados pelos técnicos pedagógicos do Departamento da Educação Básica (DEB) da Superintendência da Educação.

É possível que, gradativamente, o uso desse instrumento venha proporcionar maior participação dos docentes e também alterações qualitativas na prática pedagógica.

Na tabela 3, sobre os indicadores de qualidade, ao responderem sobre as dimensões que contribuem para indicar a qualidade na Educação, a Prática Pedagógica foi apontada por 79% como a mais importante entre as demais elencadas, seguida da preocupação com o Acesso, Permanência e Sucesso na escola que atingiu o percentual de 78%.

Tabela 3: Importância dos Indicadores sob a Ótica dos Pesquisados

Indicadores de Qualidade	Percentuais
Prática Pedagógica	79%
Acesso, Permanência e Sucesso na Escola	78%
Formação e Condições de trabalho dos profissionais da escola	76%
Ambiente Físico Escolar	74%
Avaliação	68%
Gestão Escolar Democrática	61%

Fonte: Autora, Baseado nos Indicadores do MEC

A Formação e Condições de Trabalho dos profissionais da escola que foi indicada por 76%, demonstram ser a terceira preocupação dos educadores.

Estes dados correspondem ao motivo que os levou a buscar o curso GTR. A maioria afirmou ao responder ao questionário, desejar melhoria na prática pedagógica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo conhecer as experiências dos professores GTR 2008, em relação aos interesses e dificuldades na aplicação dos ensinamentos obtidos no curso e também identificar se este retorno às IES, por parte do professor PDE, contribui no processo de Formação Continuada dos professores da Educação Básica da rede estadual do Paraná.

Para isso, foram analisadas produções científicas referentes à Educação Básica no Brasil e no Estado do Paraná, o conceito de qualidade aplicada à educação, a formação e qualificação docente bem como documentação legal correspondente.

A análise dos dados coletados sobre o perfil dos pesquisados revela percentuais maiores nas faixas etárias de 31 a 50 anos e o tempo de atuação no magistério, superior a 15 anos. A maioria desenvolve trabalho pedagógico em sala de aula e perfaz um percentual de 87%.

Estas informações permitem afirmar que os profissionais participantes do GTR pertencem à faixa etária, em fase com capacidade de trabalho. Possuem potencialidades e condições de oferecerem trabalho à educação por tempo significativo.

Em síntese posso destacar que, o investimento feito na qualificação desses profissionais poderá retornar em benefício do trabalho pedagógico em seus locais de trabalho a médio e longo prazo.

Outro aspecto importante a ressaltar é que, o tempo de serviço da maioria dos respondentes está acima de 16 anos. São professores atuantes em sala de aula, portanto mais próximos dos alunos. Podem avaliar melhor as dificuldades enfrentadas para proporcionar aos seus alunos melhor qualidade em seu trabalho.

A pesquisa demonstra que o curso oferece aos professores, uma oportunidade para qualificação em serviço. Organiza e orienta os grupos através do uso da tecnologia, permitindo a formação continuada em serviço.

A maioria atribui a participação no GTR motivados pela oportunidade para melhorar o trabalho pedagógico, seguidos dos que entendem ser uma possibilidade de melhoria no salário.

Dos sete indicadores de qualidade da educação elencados no site do Ministério da Educação (MEC) a Prática Pedagógica aparece na pesquisa como a

maior preocupação dos docentes inscritos nos GTR. Esta assertiva reforça pertinência deste trabalho, dado que abre para reflexão a respeito da prática pedagógica e seus temas intrínsecos: a proposta pedagógica da escola, o planejamento das atividades educativas, sobre as estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, os processos de avaliação dos alunos, incluindo a auto-avaliação e a avaliação dos profissionais da escola.

Os temas propostos pelo GTR expressam as políticas propostas pela SEED o que faz com que os professores da rede estadual tenham interesse em aprofundar seus conhecimentos.

Sabem que as práticas dessas políticas inferem para um ressurgir de uma escola pública de qualidade, e procuram utilizar estas práticas para melhorar o seu trabalho pedagógico e contribuir com o aprimoramento do ensino aprendizagem.

Entre as dificuldades encontradas, durante o período de estudo, 73% respondeu que foi a falta tempo para estudar. É um tema recorrente, pressupõe análise de elementos externos ao campo educacional e essa demanda deverá ser um processo a ser resolvido em longo prazo, não é, porém, preocupação desta pesquisa.

Em segundo lugar está a dificuldade para acessar a internet com 18% das respostas.

Os equipamentos tecnológicos foram vistos como um problema por 10%. No Paraná, é consideravelmente curto o tempo em que os professores estão utilizando, de forma mais efetiva, a tecnologia no espaço escolar para atividades pedagógicas. É possível que, gradativamente, o uso desse instrumento venha proporcionar maior participação dos docentes e também alterações qualitativas na prática pedagógica.

Avalio a importância do GTR para inserção dos educadores de forma organizada, orientada e poderá a médio e longo prazo surtir os efeitos almejados para uma educação de melhor qualidade.

Ressalta-se que, as tecnologias permitem ampliar o conceito de sala de aula, de espaço e de tempo, estabelecendo novas pontes entre estar juntos fisicamente e virtualmente.

A maioria dos pesquisados afirmaram ter entre as dificuldades para desenvolver as atividades propostas pelo GTR, a falta de material para desenvolver a contento suas atividades docentes, pouco tempo para estudar e pouco interesse

do diretor e equipe pedagógica em viabilizar espaços e tempos mais apropriados para desenvolver as propostas do GTR.

Pode-se inferir que os professores não estão atingindo o conhecimento necessário sobre o tema estudado, o que impossibilita sua argumentação diante dos gestores da escola.

Considero que, o professor PDE não tem disponibilizado material suficiente para o professor GTR conhecer mais profundamente o tema. Ou seja, a fundamentação oferecida nas salas virtuais não tem sido suficiente para viabilizar a argumentação do professor GTR, diante da equipe pedagógica, sobre as mudanças necessárias no espaço escolar que promova a melhoria das condições do trabalho docente.

Diante desta constatação, para melhorar a formação continuada em rede e qualificar os professores da educação básica no estado, utilizando a metodologia dos GTR, tornam-se importantes algumas ações que visem a re-orientação do que é colocado na sala virtual de cada Grupo de Trabalho.

A pesquisa aponta para a necessidade de repensar os conteúdos que estão sendo disponibilizados aos GTR, de modo que possam dar um embasamento teórico apropriado aos professores, que efetivamente irão replicar as idéias em sua escola.

Ao responderem sobre as dimensões que contribuem para indicar a qualidade na Educação, a Prática Pedagógica foi apontada por 79% como a mais importante entre as demais elencadas, seguida da preocupação com o Acesso, Permanência e Sucesso na escola que atingiu o percentual de 78%.

A pesquisa indica que a maioria dos profissionais pesquisados possui experiência, estão incluídos em faixa etária produtiva em médio prazo, conhecem as necessidades educacionais e buscaram no curso uma possibilidade de melhorar a prática pedagógica.

Portanto, o PDE-GTR é um programa que pode a médio e em longo prazo promover a qualidade almejada por educadores, população em geral e revelar a eficácia dessa política pública implementada a partir de 2007 no Estado do Paraná.

Propõe-se para trabalhos futuros uma investigação com o professor PDE abordando como ele vê o GTR e as dificuldades no processo.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Disponível em: <<http://www.inep.pr.gov.br>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2009.

BRASIL. Portal do Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://www.simec.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 de junho de 2008.

BRASIL. Portal do Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.com.br>>. Acesso em: 03 de março de 2009.

BRASIL. Portal do Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acessado em: 02 de março de 2009.

BRASIL. Portal do Ministério da Educação (MEC). Lei Diretriz e Bases da Educação Nacional. Acessado em: 08 de janeiro de 2009.

CARREIRA, Augusto Campos. **O que é qualidade**. Disponível em: <<http://www.efetividade.net>>. Acesso em: 27 de maio de 2008.

CROSBY, Philip B. **Qualidade é Investimento**. Rio de Janeiro: Editor José Olímpio, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

HUTCHINS, D. C. **Sucesso através da Qualidade Total**. Rio de Janeiro: Imagem Editora, 1992.

JURAN, J. M. **Controle da Qualidade - Conceitos, Políticas e Filosofia da Qualidade**. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 1991.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a09v2068.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

LUDKE, Menga. **O professor da Escola Básica e a Pesquisa in CANDAU, Vera Maria**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MORAN. José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. São Paulo: Papyrus, 2007.

NAGEL. Lízia. **Para que servem os Cursos de Formação de professores**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2008.

OLIVEIRA, R. P. *et al.* Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação In: **Revista Brasileira de Educação**, 2005. Disponível em: <www.cielo.br>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

PARANÁ. Portal Dia a Dia educação. Disponível em: <<http://www.pde.pr.gov.br>>. Acesso em: 04 de março de 2009.

PARANÁ. Portal Dia a Dia Educação. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2008.

Revista da III Conferência Estadual de Educação. Curitiba: publicação da APP Sindicato, 2002.

6 APÊNDICE - I – QUESTIONÁRIO

Inquérito: Participação do GTR / PDE

1. INFORME SOBRE SUA ATUAÇÃO

Núcleo: _____ Município: _____

Escola: _____

Informe seu sexo: _____

2. INFORME SUA FAIXA ETÁRIA

- a) ☐ 20 a 30 anos
- b) ☐ 31 a 40 anos
- c) ☐ 41 a 50 anos
- d) ☐ 51 a 60 anos
- e) ☐ mais de 60 anos

3. TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTERIO:

- a) ☐ 0 a 5 anos
- b) ☐ 6 a 10 anos
- c) ☐ 11 a 15 anos
- d) ☐ 16 a 20 anos
- e) ☐ mais de 20 anos

4. FUNÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA (múltipla escolha):

- a) ☐ Gestão Escolar
- b) ☐ Equipe Pedagógica
- c) ☐ Coordenação de área/curso
- d) ☐ Docência

5. AREA/DISCIPLINA DE ATUAÇÃO (múltipla escolha):

- a) ☐ Artes/Educação Artística
- b) ☐ Biologia
- c) ☐ Ciências
- d) ☐ Disciplinas técnicas
- e) ☐ Educação Especial
- f) ☐ Educação Física
- g) ☐ Ensino Religioso
- h) ☐ Filosofia
- i) ☐ Física
- j) ☐ Geografia
- k) ☐ Gestão Escolar
- l) ☐ História
- m) ☐ Língua Estrangeira Moderna
- n) ☐ Língua Portuguesa
- o) ☐ Matemática
- p) ☐ Química
- q) ☐ Sociologia
- r) ☐ Outras

6. SUA DECISÃO DE PARTICIPAR DO GTR OCORREU DEVIDO: (múltipla escolha)

- a) ☐ A possibilidade de melhoria no salário
- b) ☐ Uma possível contribuição para o trabalho pedagógico
- c) ☐ Falta de oportunidade em participar de outros cursos de formação em serviço
- d) ☐ Outra. Qual? _____

7. APO INSCRITO (A) NO GTR A MAIOR DIFICULDADE QUE ENCONTROU DURANTE O PERIODO DE ESTUDO: (múltipla escolha)

- a) ☐ Falta de tempo para estudar
- b) ☐ Dificuldade para acessar a internet
- c) ☐ Os textos propostos para estudo não contribuem para melhorar a qualidade do trabalho docente.
- d) ☐ Outra. Qual? _____

8. NO DIA A DIA DA PRATICA ESCOLAR, O PRINCIPAL ENTRAVE PARA DESENVOLVER O TRABALHO PROPOSTO NO GTR é: (múltipla escolha)

- a) ☐ Pouco interesse do diretor e equipe pedagógica em viabilizar espaço e tempo mais apropriados para desenvolver as propostas elaboradas
- b) ☐ Falta de materiais de pesquisa.
- c) ☐ Insuficiência dos equipamentos tecnológicos disponíveis.
- d) ☐ Outra. Qual? _____

9. VOCÊ JÁ ACESSOU O PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC?

- a) ☐ Sim
- b) ☐ Não

10. NUMERE OS INDICADORES ABAIXO NUMA ESCALA DE 1 A 7 CONFORME A IMPORTÂNCIA DE CADA UM DELES PARA A SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA:

- a) ☐ Ambiente educativo
- b) ☐ Prática pedagógica
- c) ☐ Avaliação
- d) ☐ Gestão escolar democrática
- e) ☐ Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola
- f) ☐ Ambiente físico escolar
- g) ☐ Acesso, permanência e sucesso na escola